

O Contributo de Maquiavel Para o Desenvolvimento da Politologia

António José Fernandes*

Resumo

A Politologia, entendida como «a observação, análise, comparação, sistematização e explicação dos factos e dos acontecimentos políticos e dos seus efeitos nas sociedades», nasceu na Antiguidade grega. O estudo dos fenómenos políticos foi continuado e desenvolvido, ao longo dos tempos, pelas reflexões de numerosos politólogos.

Neste ensaio faz-se um estudo da vida e da obra de Nicolau Maquiavel, numa exposição paralela que permite compreender, passo a passo, de que forma e com que intensidade a vida profissional do florentino se refletiu no seu pensamento político e na sua obra.

Procede-se, de seguida, ao estudo das obras de Maquiavel e dos seus reflexos e efeitos políticos e sociais, permitindo aquilatar o real contributo de Maquiavel para o desenvolvimento da Ciência Política.

Palavras-chave: Maquiavel, Florença, Politologia, Ciência Política

* Professor Catedrático da Universidade Lusófona do Porto

16 *Abstract*

Politology, understood as «the observation, analysis, comparison, systematization and explanation of the political facts and events and of their effects on societies», originated in Ancient Greece. The study of political phenomena was continued and developed, over time, by the reflections of many political scientists.

In this essay, a study of the life and work of Niccolo Machiavelli is done in a parallel approach that allows us to understand, step by step, how and with what intensity the professional life of the Florentine reflected in his political thinking and his work.

It was then done a study of the works of Machiavelli and their social and political consequences and effects is done, allowing to assess the real contribution of Machiavelli for the development of Political Science.

Keywords: Machiavelli, Florence, Politology, Political Science

A Politologia, entendida como o estudo dos fenómenos políticos e dos seus reflexos na sociedade ou, mais concretamente, como «a observação, análise, comparação, sistematização e explicação dos factos e dos acontecimentos políticos e dos seus efeitos nas sociedades», nasceu na Antiguidade grega com as reflexões sistematizadas de alguns pensadores, designadamente Platão e Aristóteles e teve a sua continuação na Antiguidade latina, através das obras de Cícero e de Políbio de Megalópolis, e na Época Medieval, com os trabalhos de pensadores cristãos, nomeadamente Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Nas Épocas Moderna e Contemporânea, o estudo dos fenómenos políticos foi continuado e desenvolvido pelas reflexões de numerosos politólogos, entre os quais se encontra Nicolau Maquiavel, que deram, sucessivamente, origem a novas concepções do mundo e da vida, as quais têm enformado e orientado a afirmação do poder político nas diversas sociedades politicamente organizadas.

Por conseguinte, sendo as principais obras de Maquiavel – *O Príncipe*, *Discursos* e *A Arte da Guerra* – referenciadas pelos politólogos como fazendo parte do acervo bibliográfico das principais obras de Ciência Política, parece pertinente perguntar:

- Terá Maquiavel contribuído para o desenvolvimento do estudo dos fenómenos políticos?
- Em que ambiente histórico, político e social, e em que circunstâncias, sistematizou Maquiavel as suas reflexões que deram corpo e alma a importantes obras que, ainda hoje, mantêm a sua acuidade e fundamentam determinadas concepções do mundo e da vida?
- A que métodos e técnicas de investigação e análise recorreu Maquiavel para organizar e sistematizar as suas ideias sobre os factos e os acontecimentos políticos que observou e constituíram o seu objeto de estudo, reflexão e análise?
- Qual o contributo das suas reflexões para a compreensão e explicação dos fenómenos políticos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Politologia?
- Por que razões o *maquiavelismo* é, ainda hoje, tão referenciado como processo de ação despido de ética e moralidade?

A este conjunto de interrogações propusemo-nos responder nas páginas seguintes deste artigo, a fim de aquilatar se a hipótese subjacente

ao enunciado do tema – Maquiavel contribuiu para o desenvolvimento da Ciência Política – é falsa ou verdadeira.

1. Vida e Obra de Maquiavel

Nascido em 4 de maio de 1469 nas margens do rio Arno, onde viria a falecer 58 anos mais tarde, em 21 de junho de 1527, Nicolau Maquiavel viveu num período histórico em que se faziam sentir os efeitos da queda do Império Bizantino (1453) e da redução do Império árabe, mediante a expulsão dos muçulmanos para a margem sul do Mediterrâneo (1492), em virtude da afirmação dos nacionalismos e da luta pela autodeterminação dos povos; e se assiste à redução da Inglaterra à situação de ilha com o término da Guerra dos Cem Anos, ao alargamento do território da França, ao estabelecimento da unidade da Espanha, graças ao casamento de D. Isabel, rainha de Castela, com Fernando de Aragão, e se dão os primeiros passos no caminho do alargamento da comunidade internacional para sul, enquanto a Península Itálica continuava dividida e espartilhada em Estados pontifícios, reinos e repúblicas, espécies de Cidades-Estado de reduzidas dimensões, economicamente fracas e com estruturas políticas ultrapassadas.

Descendendo de uma família da classe média daquele tempo, Nicolau Maquiavel, logo que concluiu sete anos de idade, começou a receber lições de latim, em 6 de maio de 1476, e, um ano e meio depois, iniciou o estudo de matemática básica, tendo sido ensinado, até 1491, por três tutores sucessivos e, desde essa data, por padres locais e professores reformados que viviam nas localidades próximas do local onde residia com o seu irmão mais novo, nos arredores de Florença.

Embora não se saiba muito sobre a vida de Maquiavel a partir de 1482, sabe-se, no entanto, que «estudou no Studio Fiorentino e passou algum tempo na corte dos Medici, onde privou com pessoas de diferentes profissões e classes, tendo escrito um soneto que foi publicado numa coleção para os Medici por volta de 1492» (White, 2005: 30-31). E também se sabe que lia muito e apreciava os poetas latinos; conhecia as obras de Dante, Petrarca, Lívio e Bocácio, gostava de Virgílio e admirava Lucrecio, particularmente a sua obra *Da Natureza das Coisas*.

Durante a infância e juventude, Nicolau Maquiavel contou sempre com o carinho e apoio de seu pai, Bernardo Maquiavel, estabelecendo-se entre ambos uma relação muito próxima, pois Bernardo via no seu

filho mais velho a grande esperança para o futuro dos Maquiavel. E, graças ao empenhamento do pai, o filho pôde privar com a elite que cortejava a família dos Medici. Com efeito, Bernardo Maquiavel, embora não aprovasse muitas das medidas adotadas por Lorenzo de' Medici, nunca se opôs ao regime político por este prosseguido; e contava com a amizade de Bartolomeu Scala, um político humanista que foi Secretário da Primeira Chancelaria entre 1464 e 1497, servindo Chefes de Estado diferentes: Lorenzo de' Medici, o *Magnífico*, e o frade dominicano Girolamo Savonarola. De resto, Scala funcionou como elemento imprescindível para a realização das aspirações que Bernardo traçara para o seu filho mais velho, pois Nicolau Maquiavel trabalhou com ele no Palazzo Vecchio, adquirindo as aptidões e aprendendo as regras que lhe seriam muito úteis no futuro e fazendo amizades que perdurariam toda a vida, tais como as do advogado e diplomata Agostino Vespucci e do notário Ugolino Martelli, que com ele viriam a trabalhar quando assumiu o cargo de Secretário da Segunda Chancelaria.

Por isso, quando Savonarola, poucos meses depois de ser eleito Gonfaloneiro (Chefe de Estado) de Florença, começou a hostilizar o Papa Alexandre VI, não obedecendo à chamada deste para comparecer em Roma e aumentando as críticas contra o papado, provocando assim a fúria do Sumo Pontífice, este socorreu-se da prática de excomunhão, em 1497, proibindo o frade dominicano de pregar e pondo em perigo a alma de todos os que ignorassem as suas ordens e ajudassem de qualquer forma o Gonfaloneiro. Todavia, Savonarola continuou descaradamente a afrontar o Papa e, no verão desse ano, foi reconduzido para um quarto mandato, facto que enfureceu ainda mais Alexandre VI e o levou a promover e instrumentalizar uma rebelião contra ele no início de 1498, a qual terminou em 23 de maio desse ano, data em que Savonarola foi preso, torturado e queimado na Piazza della Signoria. E à governação teocrática do frade dominicano sucedeu um novo governo para a República Florentina, do qual fazia parte o jovem Maquiavel como Secretário da Segunda Chancelaria.

Um mês depois de ser nomeado para este cargo, Maquiavel assumiu também o cargo de Secretário dos *Dez da Guerra*, um Departamento governamental diretamente responsável pelos negócios estrangeiros, relações diplomáticas e campanhas militares. Acumulando estas funções com o cargo de Secretário da Chancelaria, Maquiavel foi encarregado de várias missões diplomáticas na qualidade de embaixador

itinerante da República Florentina, realizando inúmeras deslocações às sedes de Cidades-Estado vizinhas e à corte do rei francês Luís XII, onde permanecia o tempo necessário para realizar os difíceis objetivos das suas delicadas missões.

Alguns estudiosos do Renascimento atribuem a Nicolau Maquiavel os traços característicos do Florentino do século XVI, que podem resumir-se a «um imenso gosto pela vida e mesmo pela boa vida: ama a beleza das coisas e dos seres, sobretudo das mulheres; aprecia a boa cozinha e o bom vinho; intriga e diverte-se, tem a paixão pela leitura e pelo poder» (Prélot, 1974: 33). «Gostava de jogar, de lançar os dados, de beber vinho, e apaixonava-se com facilidade, deixando vir ao de cima o poeta que havia nele» (White, 2005: 82). Mas era também um homem cerebral, com vivacidade de espírito e irreverente senso de humor, perspicaz e persistente, que adorava o seu trabalho e se empenhava nas tarefas de que era incumbido e o seu cargo lhe exigia. E daí que as diversas missões político-diplomáticas de que a Signoria (um Conselho formado pelo Chefe de Estado – o gonfaloneiro – e mais oito ministros) o encarregara, principalmente as missões junto da corte de Luís XII e de César Bórgia, lhe tenham proporcionado conhecer as artimanhas utilizadas pelos detentores do poder político, tais como as técnicas de intimidação e manipulação, os métodos de subornar e corromper, a arte de simular e dissimular e as práticas da soberba e da crueldade.

Na qualidade de Secretário dos *Dez da Guerra*, Maquiavel fez várias viagens a Pisa durante o inverno de 1499 e a primavera de 1500, exercendo simultaneamente as funções de diplomata e de observador, com o objetivo de obrigar Pisa a submeter-se ao poder de Florença. No entanto, a ação militar então empreendida fracassou e o comandante das forças armadas, Paolo Vitelli, foi considerado culpado, torturado e decapitado, enquanto Maquiavel saía incólume desta missão falhada.

Poucos dias depois do seu regresso a Florença, Maquiavel foi enviado para Paris para negociar a alteração dos termos da liquidação da dívida que Florença tinha para com a França, renovar os laços de amizade entre o governo florentino e Luís XII e conseguir deste garantias de proteção contra qualquer eventual ataque das forças militares de César Bórgia (Duque Valentino). Chegado à corte de Luís XII, Maquiavel percebeu rapidamente que o melhor caminho para chegar ao Rei francês seria através dos seus favoritos e que muitos deles, particularmente os seus conselheiros e estrategas militares mais próximos, já haviam sido

subornados para defenderem os interesses de outros Estados italianos. Por isso, nos meses seguintes, Maquiavel e o seu companheiro de missão, Francesco della Casa, procuraram a melhor forma de penetrar na estrutura da corte, fazendo amigos e tentando atrair a atenção do Rei. Porém, só graças às qualidades diplomáticas de Maquiavel e ao seu dom para comunicar é que conseguiram despertar a atenção do conselheiro mais importante de Luís XII, Georges d'Amboise, o Cardeal de Ruão, que se tornou no contacto mais útil para fazer com que o Rei compreendesse a posição do governo florentino. E, no mês de janeiro de 1501, Maquiavel regressou a Florença com a sua missão cumprida, depois de quase sete meses de uma intensa atividade diplomática, que veio mais tarde a sublinhar no capítulo III de *O Príncipe*, escrevendo o seguinte parágrafo: «Tive uma conversa com Ruão, em Nantes, quando Valentino ocupava a Romagna. Quando o Cardeal de Ruão me disse que os Italianos não compreendiam a guerra, redargui que os Franceses não compreendiam a arte de governar, porque, se a compreendessem, não deixariam a Igreja tornar-se tão grande. E o curso dos acontecimentos em Itália mostrou como a grandeza da Igreja e de Espanha tinha sido provocada pela França e como a ruína da França fora provocada por elas. A partir disso, podemos deduzir uma regra geral que se aplica sempre ou quase sempre: quem quer que seja responsável por alguém se tornar poderoso arruína-se a si mesmo, pois esse poder surge pela ingenuidade ou pela força, e ambas são suspeitas para quem se tornou poderoso».

Entretanto, no verão desse mesmo ano, César Bórgia¹, ou Duque Valentino, como também era designado, com o apoio de Luís XII e do seu pai, o Papa Alexandre VI, recorrendo a métodos pouco ortodoxos,

1. César Bórgia terá nascido em Roma no ano de 1475 (ou 1476) e foi criado como filho legítimo de Rodrigo Bórgia, o futuro Papa Alexandre VI. Rodrigo Bórgia, muito antes de se tornar Papa em 1492, preparou a educação do filho com muito cuidado a fim de que pudesse ser útil à família. Foi durante alguns anos tutorado em Perúgia e estudou depois teologia na Universidade de Pisa. Aos sete anos foi feito Prebendado da Catedral de Valência e no ano seguinte tornou-se Protonotário Apostólico na cidade; aos dez anos foi nomeado tesoureiro de Cartagena; quando completou dezoito anos, por volta de 1493, um ano depois de Rodrigo Bórgia ser eleito Papa Alexandre VI, César foi ordenado Cardeal; e, em 1498, com vinte e três anos de idade, recebeu do seu pai o título de Duque Valentino, dedicando os três anos seguintes às campanhas militares longe de Roma, dirigindo o exército e tomando todas as Cidades-Estado e domínios ir-resistíveis à invasão. Em pouco tempo, o Duque tornou-se o primeiro Capitão da Itália, não porque tivesse um grande entendimento das questões militares, mas sim pela via da traição e do poder do dinheiro. Pois, como referiu um cronista dos seus métodos, «César reduziu a guerra à traição que todos os homens tinham aprendido com ele».

ocupou diversas regiões italianas, pois as suas tropas avançaram pela Romagna e chegaram a Campi, que fica a curta distância dos portões da cidade de Florença, desistindo no último momento de ocupar a cidade, graças à intervenção enérgica do Rei francês.

No início do século XVI, os grandes senhores da Europa eram os Franceses, os Espanhóis e o Sacro Império Romano. E Florença encontrava-se entre as ambições dos Bórgia e os estratégias dos Franceses, vivendo uma situação difícil, que foi assim caracterizada por um cidadão florentino: «a doença da cidade é tão grave que não temos muito tempo para remédios».

Os planos dos Bórgia (Alexandre VI e Duque Valentino) ameaçavam a própria sobrevivência da República Florentina. E a Signoria estava informada desta ameaça, pois o amigo de Maquiavel, Agostinho Vespucci, transmitia-lhe de Roma, através de relatórios sob a forma de despachos codificados, a informação de que Florença estava em perigo devido aos objetivos expansionistas do Papa; e, nas cartas que enviava a Maquiavel, dava-lhe conta das maquinações de Alexandre e das suas temíveis ambições.

Perante tal ameaça, a Signoria decidiu, em junho de 1502, iniciar um processo de negociação e agendou uma reunião entre o seu emissário, Nicolau Maquiavel, e o Duque Valentino. E, a 22 desse mês, Maquiavel partiu de Florença, acompanhado pelo Bispo de Volterra, Francisco Soderini, para se encontrarem com César Bórgia no seu acampamento perto da cidade de Urbino, que entretanto fora tomada pelas tropas do Duque.

Chegados a Urbino no dia 24 de junho, já depois de anoitecer, os emissários foram conduzidos a um aposento, cujas portas foram trancadas por dentro e colocado um guarda junto de cada saída, e no qual decorreu a primeira reunião com César Bórgia. O Duque não perdeu tempo a explicar a sua posição aos visitantes e disse-lhes que não gostava do governo de Florença e que pretendia restituir o poder a Piero de' Medici e à sua família, declarando: «este vosso governo não me agrada; terão de mudá-lo e dar-me a garantia que irão cumprir tudo o que prometeram; caso contrário, depressa compreenderão que não tenho a intenção de continuar assim, e se não me quiserem como amigo, ter-me-ão como inimigo».

A primeira reunião com César Bórgia descreveu-a Maquiavel numa carta dirigida à Signoria, nos seguintes termos: «este senhor é

esplêndido e magnífico e é tão enérgico nas questões militares que não existe nenhum empreendimento tão grande que não lhe pareça uma coisa ínfima. Nunca para de buscar a glória ou de aumentar o seu património, e não receia nenhum esforço ou perigo: chega a um lugar antes de darem pela sua partida de um outro; os soldados amam-no; recrutou os melhores homens de Itália; e tudo isto o torna vitorioso e formidável, ao que se deveria acrescentar que é perpetuamente afortunado» (White, 2005: 93). Maquiavel expressa assim a convicção de que o Duque Valentino talvez fosse o homem mais perigoso do seu tempo e que Florença não conseguiria resistir-lhe. Por isso, os emissários de Florença, em resposta às exigências do Duque, não podiam fazer outra coisa senão algum *bluff* durante as negociações, exagerando a amizade entre Florença e o Rei de França; e nesse jogo de *bluff*, Maquiavel devia recorrer às suas capacidades de análise, diálogo e negociação para conseguir o melhor resultado possível. Mas, no segundo encontro com os emissários, César Bórgia disse-lhes que Florença dispunha de quatro dias para responder à sua exigência de aliança, que a Signoria tinha de lhe pagar trinta e seis mil ducados e o governo florentino tinha de se demitir e entregar o poder de volta aos Medici e que, se estas condições não fossem satisfeitas, as suas forças avançariam sobre a cidade quando ele bem entendesse.

Face a esta situação, Maquiavel deixou Soderini encarregar de prosseguir as negociações e regressou rapidamente a Florença para entregar o ultimato de César à Signoria, que foi assim impelida a informar o Rei de França das ameaças do Duque Valentino. E, dois dias depois, as tropas francesas foram deslocadas para junto da fronteira dos domínios de César Bórgia.

Graças a estas manobras de *bluff* diplomático, Florença escapou à tentativa de ocupação.

Entretanto, durante o verão e outono de 1502, o Duque Valentino empenhou-se em reatar as boas relações com Luís XII; viajou para Milão e encontrou-se com o Rei em 5 de agosto desse ano. E o resultado deste encontro traduziu-se no apoio militar da França a César Bórgia para este se defender das ameaças dos seus inimigos. Por isso, no mês de outubro, o governo florentino encarregou Maquiavel de uma nova missão junto do Duque Valentino, com o objetivo de continuar as negociações destinadas a estabelecer com ele uma aliança que garantisse uma paz duradoura para a região, por um lado, e de espiar

as manobras estratégicas de César Bórgia e dar conhecimento delas à Signoria, por outro.

Esta missão de Maquiavel à corte de Bórgia em Imola, que duraria quase três meses, permitiu-lhe conhecer melhor a personalidade do Duque Valentino e o mundo político em que este se movia; pois, logo que compreendeu que iria ficar por algum tempo em Imola, decidiu fazer um estudo aprofundado sobre César Bórgia, analisando os seus métodos e observando as técnicas que utilizava e a forma como materializava os seus planos. «Observou como ele era quase paranoico em relação ao sigilo, como usava a desinformação para enganar aqueles que tentavam adivinhar as suas intenções. Observou e registou como quase todas as suas conquistas eram conseguidas através do logro, tirando vantagem das fraquezas morais daqueles que o rodeavam, da ganância, da avareza e do egoísmo dos que ele identificava como homens influentes. Bórgia era temerário, detentor de uma autoconfiança inata e tinha aliados poderosos» (White, 2005: 99).

Para Maquiavel, esta missão junto da corte do Duque Valentino foi difícil, pois, tal como sucedera dois anos antes com a missão junto de Luís XII, o financiamento que recebia da Signoria era insuficiente para suportar as despesas com o estilo de vida que levava na corte, vendo-se obrigado a recorrer às suas poupanças. Por outro lado, tal como antes, estava preocupado com o seu cargo de Secretário da Segunda Chancelaria. No entanto, foi uma missão compensatória para Maquiavel, pois o projeto de estudo que idealizara sobre a personalidade e os métodos de ação do Duque Valentino contribuiu para fertilizar as sementes e fortificar as raízes em que assenta a sua principal obra – *O Príncipe* – que viria a imortalizá-lo.

No verão de 1503, conforme relata um dos biógrafos de Maquiavel, «numa tentativa para envenenar um dos seus opositores, o Cardeal Adriano di Corneto, durante um jantar em Roma, o Papa Alexandre VI conseguiu, em vez disso, matar-se a si próprio e deixar o filho César terrivelmente doente. O Papa veio a morrer sete dias depois (em 17 de agosto), no meio de uma agonia abjeta, enquanto César lutava contra a febre e excruciantes dores de estômago. Conseguiu sobreviver, mas ficou extremamente debilitado pelos efeitos do veneno» (White, 2005: 107).

Maquiavel, que teve conhecimento dos pormenores deste incidente, através do seu amigo Vespucci, compreendeu a delicadeza da nova

situação e preparou-se para partir em nova missão de espionagem na corte dos Bórgia. Porém, o governo florentino entendeu esperar pelo resultado do Conclave, que decidiu eleger o Cardeal Francesco Piccolomini, que, em 22 de setembro de 1503, adotou a designação de Pio III, sendo coroado em 8 de outubro e falecendo dez dias depois.

A morte repentina de Pio III teve ressonância em toda a Europa, tendo a notícia deste incidente chegado rapidamente a Florença, o que fez com que os *Dez da Guerra* decidissem, em 20 de outubro, enviar imediatamente Maquiavel para Roma, com a missão aparente de observar e relatar a eleição do novo Papa, pois o seu verdadeiro objetivo era vigiar César Bórgia e informar a Signoria de todos os seus movimentos, uma vez que do desfecho da eleição dependia o destino do Duque e o futuro da República Florentina.

A 24 de outubro de 1503, Maquiavel parte para Roma e, no dia 31 desse mês, assiste à eleição do Cardeal Giuliano della Rovere para futuro Papa, que assumiu o nome de Júlio II. Por ironia do destino, algum tempo depois, César Bórgia foi preso, precisamente no dia da coroação de Júlio II, em 5 de dezembro de 1503; e, com a sua prisão e o seu assassinato algum tempo depois, o poder dos Bórgia em Itália desmoronou rapidamente.

O Papa Júlio II, «tal como muitos papas antes e depois dele, era um homem corrupto que estava muito mais interessado no poder temporal e na influência do que em conduzir o seu rebanho» (White, 2005, 109). E daí que uma das suas primeiras decisões fosse a organização de um exército para tomar a região da Romagna, que era cobiçada simultaneamente pelo Vaticano e pelos Venezianos.

Maquiavel, que permanecera em Roma depois da eleição do Papa, tinha avaliado pormenorizadamente o caráter do Sumo Pontífice; e, quando este começou a mobilizar o seu exército para alargar os domínios do Vaticano e reforçar o seu poder em Itália, não estranhou que a Signoria o indigitasse para viajar com o Papa na habitual dupla função: emissário de Florença e espião ao serviço do governo florentino. E, na noite de 25 de agosto de 1506, deixou Florença para se encontrar com o círculo de acompanhantes do Papa na pequena cidade de Nepi, a cerca de um dia de viagem até Roma.

No dia seguinte à sua chegada a Nepi, Maquiavel foi recebido por Júlio II e convidado a explicar-lhe a posição de Florença acerca do pedido de ajuda militar que havia solicitado ao governo florentino. E, mais uma

vez, teve de socorrer-se da sua arte do diálogo diplomático para dizer ao Sumo Pontífice que a República Florentina não tinha condições de o poder ajudar na sua nobre causa. Mas o Papa, que era um homem corajoso, militar e político, além de estar ciente do seu próprio poder e do seu estatuto na Europa do Renascimento, declarou a Maquiavel que, se Florença não o ajudasse, virar-se-ia para Veneza, embora fosse esta a sua segunda opção. E, de seguida, dirigiu o seu exército para nordeste em direção a Veneza, entrando em Bolonha a 11 de novembro desse ano, para confirmar o regresso desta cidade ao controlo do Vaticano, depois de haver conquistado Perúgia.

Perante a ameaça de Júlio II solicitar o apoio militar a Veneza, à República Florentina não restava outra alternativa senão alinhar ao lado da força militar mais poderosa comandada pelo representante de Deus na Terra.

A decisão de Signoria em apoiar a campanha militar do Papa criou condições favoráveis à realização do sonho de Maquiavel em criar uma milícia florentina. E, em 6 de dezembro de 1506, foi estabelecida uma nova divisão governamental, com o título de *Os Nove Oficiais da Ordenança e Milícia Florentina*, ou simplesmente *Os Nove*, e nomeado Maquiavel como Secretário, passando, a partir de então, a ser Secretário dos três principais departamentos do governo: a Segunda Chancelaria, *os Dez da Guerra* e *os Nove para a Ordenança e Milícia*.

Maquiavel atingiu, assim, o auge da sua carreira; mas também granjeou inimigos perigosos, tais como Saviati, que sempre se opusera ao projeto de criação de uma milícia florentina e viria a perturbar a carreira do Secretário dos *Nove*, e o próprio Papa Júlio II, protagonista de diversas jogadas políticas que prejudicaram a vida e a carreira do Secretário da Segunda Chancelaria e dos *Dez da Guerra*.

O Papa Júlio II era ambicioso e estava determinado a utilizar o poder espiritual, que o seu estatuto lhe conferia, para alargar as dimensões do poder temporal do Vaticano, a ponto de afirmar que o seu dever era «libertar a Itália da servidão e das mãos dos Franceses». E, para prosseguir este objetivo, pediu aos seus compatriotas para cumprirem o seu dever cristão e o apoiarem como imperativo moral nessa sua caminhada.

Florença foi, assim, colocada numa posição delicada, pois a resposta positiva ao apelo de Júlio II implicava uma alteração das boas relações que mantinha com a corte de Luís XII. E, mais uma vez, o Gonfaloneiro

Piero Soderini encarregou Maquiavel de uma missão diplomática de apaziguamento, dizendo-lhe: «tereis de dizer ao Rei que só desejo três coisas na vida – a graça de Deus, o bem-estar da minha pátria e a prosperidade e honra de Sua Majestade, o Rei de França».

A missão do Secretário florentino era delicada e complexa, pois tinha de transmitir ao titular da Coroa francesa que Florença continuava a ser uma aliada fiel e que se manteria ao lado dos Franceses, mas que seria errado para a República Florentina deslocar a sua milícia para sul, a fim de travar as forças militares do Papa.

A Signoria entendia que era vantajoso prosseguir um jogo duplo: tentar, através de Maquiavel, a continuação de boas relações com os Franceses, por um lado, e tentar acalmar o ímpeto do Papa em relação ao governo florentino, por outro lado. Porém, esta política não conseguiria mais do que ganhar algum tempo para evitar a destituição de Soderini de Chefe do Estado florentino.

O Papa opunha-se ao governo de Soderini e pretendia, tal como o seu antecessor Alexandre VI, restabelecer os Medici na governação de Florença. E, face à tergiversação do governo florentino, Júlio II concluiu, no verão de 1511, que a Signoria era um coletivo de traidores e colaboradores. Por isso, depois de haver terminado a guerra entre a Liga Sagrada² e a França e de os Franceses terem sido expulsos da Península Itálica, em maio de 1512, o Concílio Lateranense, convocado pelo Papa para comemorar a vitória sobre a França, decretou que os Medici voltariam ao poder em Florença.

Perante este acontecimento, que ameaçava a sua continuidade como Gonfaloneiro, Soderini convocou uma reunião extraordinária do Grande Conselho para propor a sua destituição e que a cidade de Florença recebesse os Medici como simples cidadãos, sendo a primeira proposta rejeitada e a segunda aprovada. Porém, dois dias depois, o Exército Espanhol assaltou a fortaleza de Prato e o seu comandante, Ramón de Cardona, enviou o seguinte ultimato à Signoria: «ou o gonfaloneiro era deposto ou o exército espanhol lançaria um ataque demolidor à cidade de Florença». E a resposta não demorou muito tempo, enviando a Signoria um mensageiro a informar o comandante espanhol de que

2. Sob a bandeira de Deus, o Papa Júlio II formou, em outubro de 1511, uma aliança entre Roma, Veneza, Ferrara e Aragão, que passou a ser designada de Liga Sagrada, e à qual se vieram juntar, no mês seguinte, o Sacro Império Romano, de Maximiliano, e os exércitos de Henrique VIII de Inglaterra.

o governo florentino cumpriria incondicionalmente as suas exigências; mas demorou o suficiente para que Maquiavel e Francesco Vettori redigissem o pedido de demissão de Soderini e organizassem a sua fuga para o exílio.

Durante os primeiros dias de setembro de 1512, a República, que Maquiavel servira durante mais de 14 anos, sofreu profundas alterações políticas: os Nove Oficiais da Ordenança e Milícia Florentina foram destituídos, a Milícia de Maquiavel foi desmantelada, o Grande Conselho foi dissolvido e o cargo de gonfaloneiro deixou de ser vitalício. Enquanto estas alterações políticas se realizavam, Maquiavel era praticamente ignorado, embora continuasse a ir todas as manhãs para o seu gabinete na Segunda Chancelaria, até que, em 7 de novembro, foi dispensado, destituído e totalmente afastado de todos os seus deveres; em 10 do mesmo mês de novembro, foi sentenciado pela Signoria a ficar em território florentino durante doze meses e obrigado a pagar mil florins em ouro como garantia, e, na semana seguinte, foi proibido de entrar no Palazzo Vecchio. Além destas punições, a Signoria solicitou, no final de novembro, uma investigação às contas de Maquiavel e acusou-o de desfalque durante o tempo em que fora Secretário da Segunda Chancelaria; sob a acusação de fazer parte de uma lista de conspiradores, foi preso, em 8 de fevereiro de 1513, e encarcerado na prisão Bargello de Florença, aguardando julgamento.

Poucos dias depois (21 de fevereiro) faleceu o Papa Júlio II e o conclave, reunido entre 6 e 11 de março, elegeu para novo Papa o Cardeal Giovanni di Lorenzo de' Medici, o qual adotou o nome de Leão X. E Florença regozijava-se de ter a família Medici no poder temporal e espiritual, festejando efusivamente e libertando todos os prisioneiros, entre os quais se encontrava Nicolau Maquiavel, que abandonou a cidade e se fixou na sua casa de campo em Sant'Andrea, a cerca de dez quilómetros de Florença.

Foi neste retiro de exílio autoimposto que Maquiavel se dedicou à meditação, escrevendo a sua obra mais conhecida e influente – *O Príncipe* – e começando a escrever os *Discursos*, uma espécie de tratado político de carácter mais geral.

De acordo com os relatos da época, Maquiavel terá escrito *O Príncipe* entre agosto de 1513 e janeiro de 1514, preparando-se convenientemente e vestindo-se a preceito para cada ato dedicado à escrita desta obra genial, conforme ele próprio relatou, em 10 de dezembro

de 1513, numa carta dirigida ao seu amigo Vettori: «Quando chega a noite, regresso a casa e entro no meu estúdio; à entrada, tiro as minhas roupas de trabalho, cheias de lama e poeira, e visto as roupas de corte e palácio. Convenientemente equipado, entro nas venerandas cortes dos antigos, onde, solicitamente recebido por eles, me alimento daquela comida que é só minha e para a qual nasci; não tenho vergonha de conversar com eles e de os questionar sobre os motivos das suas ações, e eles respondem-me por uma questão de amabilidade. E durante quatro horas de cada vez não me sinto entediado, esqueço todos os meus problemas, não receio a pobreza e não deixo que a morte me aterrorize. Deixo-me absorver completamente por eles. Como Dante diz que ninguém aprende nada, a menos que retenha aquilo que compreendeu, tomei nota daquilo que me interessava na sua conversa e compus um breve estudo, *De principatibus*, em que investigo o mais profundamente possível as ideias relativas a este tópico, debatendo a definição de principado, as categorias dos principados, como são adquiridos, como são conservados e porque razão são perdidos».

Em janeiro de 1514, Maquiavel fechou a quinta de Sant'Andrea e voltou com a família para Florença, não apenas para fugir aos rigores do inverno, mas também porque precisava de estar na cidade para supervisionar a cópia do seu manuscrito e garantir que chegaria às mãos de pessoas influentes, a fim de conseguir reabilitar o seu nome e prestígio.

Com esse objetivo, Maquiavel, depois de ter completado *O Príncipe*, pensou em dedicá-lo a Giuliano de' Medici. Porém, quando compreendeu que este se estava a afastar da política e a perder influência no mundo da época, decidiu dedicá-lo a Lorenzo di Piero de' Medici, Duque de Urbino, o sobrinho do Papa Leão X e Gonfaloneiro de Florença, fazendo-lhe chegar uma cópia, em 1517, através do seu amigo Francesco Vettori, que era um dos servidores mais dignos de confiança dos Medici. No entanto, Lorenzo não deu qualquer atenção e importância à obra que lhe fora dedicada e oferecida; e Vettori nunca conseguiu uma oportunidade para Maquiavel junto dos Medici.

Em 1520, surgiu então uma oportunidade de reabilitação de Maquiavel, tendo o seu amigo Lorenzo Strozzi conseguido um encontro entre o Secretário florentino e o novo Gonfaloneiro, Giulio Zanobi di Giuliano de' Medici. Deste encontro resultou a possibilidade de serem entregues a Maquiavel algumas missões destinadas a resolver pequenas disputas

e alterações. E, passado algum tempo, em julho de 1520, foi convidado para um novo encontro com o Cardeal Giulio de' Medici para discutirem a possibilidade de uma encomenda para escrever uma história de Florença. Encomenda essa que, passados alguns dias, Maquiavel aceitou e na qual começou logo a trabalhar, retirando-se novamente para a sua casa de campo em Sant'Andrea, vindo esse trabalho a dar azo à *História Florentina de 1251 a 1492*, em 8 volumes.

No ano seguinte (1521) foi publicada a sua obra *Arte da Guerra*, sendo bem recebida pelos críticos políticos e pelos analistas militares. Em 1525, concluiu a sua *História Florentina* e, em julho desse ano, o Papa Clemente VII reintegrou Maquiavel simultaneamente como conselheiro e emissário, cargos que desempenhou exclusiva e dedicadamente até à sua morte, ocorrida em 21 de junho de 1527 na sua casa de Sant'Andrea, onde escreveu a maior parte dos textos que integram as suas obras, ora como crítico político e analista militar, ora como poeta e ficcionista.

2. As Obras de Maquiavel e Seus Reflexos e Efeitos Políticos e Sociais

A vida de Maquiavel, na sua idade adulta, divide-se em duas fases diametralmente opostas: a) uma fase de intensa atividade político-diplomática ao serviço da República Florentina, que vai de 23 de maio de 1498 a 7 de novembro de 1512, ao serviço do Papa como conselheiro e emissário, desde junho de 1525 até 21 de junho de 1527; b) uma fase de afastamento dos corredores do poder, de prisão e tortura durante cerca de um mês, de exílio forçado e autoimposto e de desprezo e desdém por parte dos poderosos e influentes, que vai de novembro de 1512 até junho de 1525, embora a partir de julho de 1520 as contingências da sua situação fossem suavizadas e a esperança de voltar aos corredores do poder e aos salões das cortes dos Reinos e Principados tivesse renascido, com o convite para escrever a *História da República Florentina*.

A primeira fase proporcionou a Maquiavel a observação da arte de governar, das estratégias e táticas utilizadas nas relações de poder, das técnicas de simulação e dissimulação seguidas nas negociações político-diplomáticas e dos mecanismos utilizados nos processos de decisão política que geram e produzem factos e acontecimentos políticos de menor ou maior dimensão e importância.

A segunda fase (fase de sofrimento, revolta e angústia) permitiu-lhe refletir sobre o mundo político que conhecera, e no qual participara como agente ativo, e pôr em prática o seu talento e o seu génio criador, a ponto de converter o infortúnio da sua situação na fama e glória que o imortalizaram. Com efeito, entre 1513 e 1520, Maquiavel produziu todas as obras pelas quais se tornou famoso e lançou os alicerces de um sistema de pensamento político e de ideias militares que já perdura há quase cinco séculos; entre meados de 1513 e janeiro de 1514, escreveu a sua obra mais conhecida e divulgada: *O Príncipe*; de 1512 a 1518, produziu o texto dos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (3 volumes); de 1518 a 1520, dedicou-se à elaboração da *Arte da Guerra* e, em 1520, ainda teve tempo para escrever o *Discurso Sobre a Reforma do Estado de Florença* e para iniciar o trabalho de investigação e sistematização que deu corpo aos oito volumes da sua *História Florentina* (1520-1525). Além destas obras de caráter político, militar e histórico, Maquiavel escreveu obras de dramaturgia e de poética, designadamente *Mandrágora* (1513-1514) e *O Asno* (1517).

Das três obras de análise política e militar que formam a trilogia do pensamento político de Maquiavel – a *Arte da Guerra*, os *Discursos* e *O Príncipe* – a única publicada em vida do autor e recebida sem receios e mesmo com entusiasmo foi a *Arte da Guerra*, dada à estampa em 1521 e aceite como um tratado magistral sobre todos os aspetos da guerra e das suas ramificações políticas, que compreende a descrição de um conjunto de ideias generalizadas e aplicáveis a uma diversidade de cenários, ou seja, que comporta o melhor modo de formar e manter uma força militar forte, o qual pode ser entendido e utilizado por militares de qualquer nação e em qualquer época; ao passo que as outras duas obras, os *Discursos* e *O Príncipe*, só foram publicadas respetivamente em 1531 e 1532.

As três principais obras de Maquiavel inscrevem-se no âmbito das suas preocupações e dos seus objetivos, gerados e consolidados pela experiência acumulada no exercício das funções que lhe foram atribuídas enquanto Secretário da Segunda Chancelaria e Secretário dos *Dez da Guerra*. A sua principal preocupação era prevenir a República Florentina das incursões constantes dos exércitos francês e espanhol e das ameaças expansionistas dos Estados pontifícios; mas preocupava-o também a permanência de desacordos diplomáticos e de conflitos bélicos entre Repúblicas, Reinos e Principados, os quais contribuíam

para fomentar a desunião dos concidadãos romanos e para evitar que um povo, unido por usos, costumes e tradições comuns, pudesse ter o privilégio de ser governado por um poder político único, indivisível, soberano e independente. E daí que no seu espírito se fosse enraizando um transcendente desígnio: uma Itália unida, armada e despontificada. Desígnio esse que está subjacente às três obras atrás referidas, que formam a trilogia da sua análise política e militar e que Maquiavel prosseguiu pela via da palavra escrita, impressa e divulgada.

Com efeito, a observação direta, e muitas vezes a observação participante, conjugada com a observação documental, pois conhecia as obras dos principais pensadores desde a Antiguidade Clássica, permitiram-lhe refletir sobre a importância dos três princípios a que devem obedecer todos os processos de pesquisa, observação, análise, sistematização e explicação dos factos e dos acontecimentos: o princípio da objetividade, o princípio da inteligibilidade, ou do determinismo, e o princípio da racionalidade; ou seja, permitiram-lhe verificar e compreender que as coisas não são na realidade tal como nos aparecem e que por dentro das coisas é que as coisas são; possibilitaram-lhe perceber que existem relações determinadas entre os factos, pois uma coisa não está numa relação qualquer com outra coisa qualquer; e proporcionaram-lhe compreender que é possível exprimir num discurso coerente as relações existentes entre os factos, pois elas podem ser ligadas e ordenadas segundo regras lógicas através do raciocínio. E quando o infortúnio lhe bateu à porta, o retirou dos corredores do poder e o conduziu à prisão, ao exílio e ao afastamento de Florença, Maquiavel aproveitou o sossego de Sant'Andrea e debitou para o papel, de forma objetiva e racional, os conhecimentos acumulados ao longo de quase quinze anos de convivência com os mais poderosos daquela época, fazendo jus ao seu talento, perspicácia e obstinação.

Obstinação por querer uma Itália unificada, com um exército forte para se defender dos potenciais invasores e independente do Sumo Pontífice e, conseqüentemente, do poder espiritual.

Perspicácia ao preconizar que a Itália devia ser dirigida e governada por um Príncipe forte, poderoso, determinado, astuto, hábil, egotista, realista e superior.

Talento evidenciado na forma como expressou o seu pensamento nas obras que produziu, sobretudo em *O Príncipe*.

O Príncipe, inspirado na prática da arte de governar de César Bórgia e Júlio II e dedicado a Lorenzo de' Medici, exortando-o a assumir a responsabilidade de levar os Estados italianos à união e à glória, é uma cosmogonia, de âmbito geral, resultante da observação, análise, comparação e sistematização de fenómenos políticos, elaborada com uma prospetiva finalidade. Foi inicialmente divulgado através de cópias do seu manuscrito, em virtude de Maquiavel não haver encontrado qualquer editor que se dispusesse a publicá-lo, sendo recebido com pouco entusiasmo pelos intelectuais e com desdém pelo governante de Florença, Lorenzo de' Medici. E daí que só tivesse sido publicado cinco anos depois da morte do seu autor e que, só depois de ter sido associado a líderes e estadistas influentes, a generalidade do público começasse a interessar-se pela sua leitura. Aliás, conforme referiu L. Arthur em 1891, *O Príncipe* «foi recebido a princípio quase com indiferença; a sua receção imediata dificilmente pode ser considerada favorável ou o inverso; fez o seu caminho lentamente, como era natural, até ser impresso; depois, a religião fez ouvir a sua voz e abriu a era da invetiva; foram feitos esforços simultaneamente bem intencionados, mas, segundo cremos, despropositados, para defender o livro com base na hipótese de um significado secreto: depois, a crítica centrou-se no autor e foi traçada uma imagem fantasiosa de um cínico e de um malandro» (White, 2005: 266).

No entanto, *O Príncipe* tornou-se a obra mais famosa de Maquiavel por ser breve, incisiva, radical e direta, sendo considerado o *primeiro tratado político moderno* e cuja leitura ainda é hoje muito recomendada.

Influenciado pela *Política* de Aristóteles, Maquiavel atribui à sua obra um objetivo e um método diferentes. Ao contrário de Aristóteles, que orienta as suas investigações para a construção de um bom governo que assegure o bem-estar a todos os cidadãos, Maquiavel prossegue um objetivo mais direto e mais brutal: um governo fortemente armado e eficaz para uma Itália unida e despadrada. Procurando ser o mais objetivo possível, Maquiavel ateu-se aos factos e excluiu da sua obra quaisquer considerações valorativas. Entende que a política é a arte em que o Estado procura, não a realização do interesse nacional ou do bem-estar social, mas sim garantir a obediência dos seus membros; e, por isso, ditou uma série de conselhos que o Príncipe governante devia seguir para engrandecer e preservar o poder e realizar os objetivos da sua governação, tais como:

- a. o Príncipe devia aprender a não ser bom no meio de homens que são maus; devia ser *egotista*.
- b. o Príncipe devia preocupar-se com o que se faz e não com o que parece fazer-se. Devia estar atento a tudo, não acreditar facilmente, nem preocupar-se com qualquer coisa. Devia, pois, ser *realista*.
- c. o Príncipe devia mostrar indiferença perante o bem e o mal: devia preferir o bem; mas não hesitar em fazer o mal se a isso fosse obrigado e se as circunstâncias assim o exigissem. Por conseguinte, devia ser *indiferente*.
- d. o Príncipe devia preferir ser temido a ser amado. Gostaria de ser simultaneamente as duas coisas; mas, como geralmente é impossível, devia escolher ser temido porque isso depende dele, enquanto ser amado depende dos outros. Logo, devia ser *calculista*.
- e. o Príncipe devia ter como principal qualidade a *virtù*, que é, simultaneamente, engenho e força, energia e capacidade de resolução. Portanto, devia ser *hábil*.
- f. o Príncipe devia ser conhecedor das circunstâncias que rodeiam o exercício do poder e possuir a capacidade de saber simular e dissimular em função dessas circunstâncias. Devia ser *astuto*.
- g. o Príncipe devia estar acima de tudo, acima da mediocridade comum e acima do bem e do mal. Devia ser *superior*. Desde que o Príncipe alcance os objetivos que prossegue e os resultados desejados (a Itália unida, armada e despontificada), todos os meios são considerados honestos, porque não são julgados pela bitola comum que rege a vida da mediocridade.

Na perspetiva de Maquiavel, não se deve olhar aos meios para alcançar os fins desejados porque os fins que se inscrevem na exigência da *razão do Estado*, por mais absurdos que sejam, justificam os meios utilizados, mesmo que estes se traduzam no empobrecimento, na miséria e na fome da grande maioria da comunidade politicamente organizada.

A objetividade e imoralidade de que se revestem os escritos de Maquiavel granjearam-lhe uma má reputação e geraram o *antimaquiavelismo*. De resto, os antimaquiavelistas «nunca lhe perdoaram o facto de ter começado a desmistificar o Estado, a mostrar a verdade brutal

dissimulada por trás dos mitos do bem comum, do interesse geral, do bem-estar social. E daí que *maquiavelismo* seja sinónimo de imoralidade, de trapaça, de força ao serviço do poder» (Fernandes, 2012: 24); e daí também que a palavra *maquiavélico*, inscrita num dicionário inglês, em 1569, fosse definida como «praticar a duplicidade na arte de governar ou na conduta geral» e que, na época em que *O Príncipe* foi traduzido para inglês (1640), fosse associado ou identificado com o próprio Diabo. Aliás, o seu biógrafo, Michael White (2005: 267), recorda que «Maquiavel era odiado pelos Católicos porque as suas ideias eram consideradas anticristãs e detestado pelos Protestantes porque acreditavam que os líderes católicos tinham baseado as suas políticas sangrentas nas palavras de Maquiavel», acrescentando que *O Príncipe* «foi colocado no Index de Livros Proibidos pelo Papa Paulo IV».

Não obstante as críticas dos antimachiavelistas e a utilização, muitas vezes de forma pejorativa, dos termos *maquiavélico* e *maquiavelista*, as obras de Maquiavel trouxeram para os domínios do estudo dos fenómenos políticos um riquíssimo acervo de vocábulos e ideias, que tiveram grande relevância no surgimento de novos sistemas de ideias e de regimes políticos diferentes, além de enriquecerem significativamente o âmbito e a dimensão dos métodos utilizados na pesquisa e análise científicas.

Com efeito, atribui-se a Maquiavel a utilização da palavra *Estado*, pois, conforme refere Marcel Prélot (1974: 37), «o objetivo central dos estudos de Maquiavel é o Estado. Ele é o criador deste termo. É ele que, nas primeiras linhas do *Príncipe*, emprega a palavra *Estado* no seu sentido moderno, com o significado que se revestirá mais tarde em todas as línguas da Europa Ocidental: inglesa, francesa, alemã. Além disso, Maquiavel introduz uma distinção fundamental entre os Estados, ao escrever que todos os Estados, que exerceram ou exercem o seu domínio sobre os homens, foram ou são repúblicas ou principados. Estabelece deste modo a diferença, que doravante se vai manter na linguagem política, entre república e monarquia». E, no dizer de Jacqueline Russ (1994: 49), «Maquiavel mostra-nos que a soberania do Príncipe exerce-se no seio do Estado, forma inédita de vida política, irreduzível a Cidade-Estado helénica, que assenta nas paixões dos homens».

No entanto, o Estado que foi objeto da análise de Maquiavel, embora não se identifique plenamente com as Cidades-Estado da Antiguidade Clássica, não deixa de se confundir com a pessoa do Príncipe,

pois o Poder desse Estado ainda é personalizado e assenta nos usos, costumes e tradições e no princípio de que o Poder emana de Deus e, por isso, pertence ao representante de Deus na Terra – o Príncipe. E a intrínseca ligação entre o Estado e o Príncipe fundamenta a ideologia absolutista e sustenta o regime político aristocrático e o sistema de governo de concentração de poderes.

Além de contribuírem para a divulgação do conceito de Estado moderno, entendido como uma comunidade politicamente organizada, unida, indivisível e intransmissível por delegação, como sublinhou Jean Bodin, em 1576, nos seus *Seis Livros da República*, as ideias e os escritos de Maquiavel contribuíram também para sedimentar outros conceitos que vieram enriquecer o léxico terminológico da Ciência Política.

Quando, no último capítulo de *O Príncipe*, exorta Lorenzo di Piero de' Medici a libertar a Itália dos bárbaros, escrevendo o seguinte texto: «Não se pode desperdiçar esta oportunidade de a Itália ver finalmente surgir o seu libertador (...) Estamos todos fartos deste domínio bárbaro: Deixai, pois, a vossa ilustre casa aceitar esta incumbência com a coragem e a esperança que pauta todos os empreendimentos justos», Maquiavel expressa o sentimento nacionalista que lhe vai na alma, havendo quem considere que, com estas palavras, «formulou o princípio que será denominado mais tarde *princípio das nacionalidades*» (Prélot, 1974: 46).

Na realidade, os termos em que Maquiavel apela à família dos Medici, para que empreenda a tarefa de unificar a Itália, enquadram-se no princípio de que cada Nação procura o seu próprio Estado. Porém, este princípio – o princípio das nacionalidades – não foi formulado pelos seus escritos, porque, na realidade, o princípio de que a uma Nação deve corresponder o seu Estado já havia sido materializado, duas décadas antes de Maquiavel começar a escrever os *Discursos* e *O Príncipe*, com a expulsão definitiva dos muçulmanos da Península Ibérica e a consequente reunificação da Espanha.

Por conseguinte, não foram as ideias de Maquiavel que inspiraram o princípio das nacionalidades; nem este foi um dos fundadores da Ciência Política, como afirmam Marcel Prélot e Jacqueline Russ, dado que os fundadores da Ciência Política – Aristóteles, Cícero, Platão, Tucídides – viveram na Antiguidade Clássica, e quando Maquiavel aprendeu a ler e a escrever já existiam diversas obras resultantes do estudo dos fenómenos políticos e destinados a divulgar os conhecimentos acumulados sobre os domínios da politologia. Todavia, isto não quer dizer que

Maquiavel não tenha contribuído significativamente para a ampliação do objeto de estudo da Ciência Política e dos métodos de investigação e análise inerentes ao estudo dos fenómenos políticos e sociais.

De facto, os métodos relativos à conquista, conservação e exercício do poder, que ele descreve nas suas obras e recomenda ao Príncipe reinante, constituem as premissas que fundamentam os conceitos de *maquiavélico*, *maquiavelismo* e *maquiavelista* e inspiraram a construção de sistemas de ideias que têm orientado a afirmação do poder político, desde o século VI aos dias de hoje, em diversos períodos históricos e diferentes áreas geográficas.

Com efeito, todas as ideologias políticas, que consubstanciam, ou comportam, regimes aristocráticos, brotaram do pensamento elitista de raiz maquiavélica.

Não é por acaso que o representante máximo do absolutismo, o Rei Luís XIV de França, haja expressado a seguinte frase «*L'État c'est moi*» (o Estado sou eu) e tenha escrito o texto seguinte: «Aquele que coloca os Reis acima dos homens quis que eles fossem respeitados como seus lugar-tenentes. A vontade de Deus é que todo aquele que nasceu súbdito obedeça sem julgar (...). Este estado de sujeição que coloca o Soberano na necessidade de recorrer ao povo para ditar a lei é a pior das desgraças em que pode cair um homem da nossa condição» (Fernandes, 2012: 238).

Também não é estranho que o principal teórico do tecnocraticismo contemporâneo, James Burnham, haja escolhido para título da sua principal obra *Os Maquiavélicos*, na qual enfatiza as teorias da elite de poder de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, autores que constataram a existência de uma *lei de ferro da oligarquia* que faz com que as massas sejam governadas por uma minoria que se impõe até mesmo no seio dos partidos que se qualificam a si mesmos de democráticos, e na qual dá relevância à *teoria da violência* de Georges Sorel.

E não espanta que Mussolini tenha sublinhado a sua ascendência maquiavélica num ensaio intitulado *Prelúdio a Maquiavel*, publicado na *Revue de Genève*, em 1929, no qual declara perentoriamente: «Afirmo que a doutrina de Maquiavel está hoje mais viva do que há quatro séculos, porque se as formas exteriores da nossa existência mudaram muito, não se manifestaram profundas modificações no espírito dos indivíduos e dos povos (...) O elemento fundamental da arte (política) é o homem. É daí que devemos partir» (Prélot, 1974: 47).

Conforme sublinhou Prezzolini, «Maquiavel está sempre presente onde quer que a Itália seja unificada, armada e despojada do seu carácter sacerdotal. Vemo-lo ao lado de Napoleão, lembrando-lhe ao ouvido que nasceu italiano e fazendo com que ele forme o primeiro exército nacional composto de Lombardos, Venezianos, Toscanos e Napolitanos, os quais, combatendo juntos, habituaram de novo ao uso das armas um povo de espectros e de mortos (...). Entra em Roma com Mazzini. Dá conselhos a Crispi, cujo espírito autoritário e audácia lhe agradam (...) e acompanha Mussolini na sua marcha sobre Roma» (Prélot, 1974: 47).

E hoje, decorridos cinco séculos desde que *O Príncipe* foi ornamentado com os desígnios de Maquiavel, o *maquiavelismo* continua presente no espírito dos *Maus Samaritanos*, parafraseando o título da obra de Ha-Joon Chang, lembrando-lhes qual a receita dos procedimentos a seguir pela Profana Trindade (FMI, Banco Mundial e OMC), a fim de resgatar as dívidas públicas e equilibrar os orçamentos dos países (Estados) clientes/dependentes (subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento), mesmo que isso se traduza na alienação dos setores-chave das economias nacionais e no empobrecimento, na miséria e na fome das massas trabalhadoras e dos seus familiares, porque os fins a alcançar (o enriquecimento crescente da elite do poder) justificam o esforço dos explorados, desprotegidos, espoliados e desempregados (dos súbditos da atualidade que, na ótica dos «Luís XIV de hoje, nasceram para trabalhar, obedecer e calar»).

Por outro lado, as obras de Maquiavel, particularmente *O Príncipe*, são o resultado da combinação da leitura das coisas antigas (da observação documental) com a experiência das coisas modernas, recorrendo à observação direta e, muitas vezes, ao método da observação participante. E por isso se diz que foi ele a introduzir o método objetivo na observação, análise e sistematização dos fenómenos políticos, acrescentando-se que a obra de Maquiavel veio a completar a de Aristóteles, como referiu Maurice Duverger (1976), ao escrever: «enquanto Aristóteles criou o primeiro elemento da Ciência Política – o hábito do método da observação – Maquiavel criou o segundo – o método objetivo, independente de preocupações morais – e ao mesmo tempo aperfeiçoou o primeiro (...). Aristóteles estudava sobretudo os factos do seu tempo, ao passo que Maquiavel multiplicou as observações históricas, podendo ser considerado como o criador do método comparativo histórico, cujo papel é muito importante em Ciência Política».

Com efeito, se Aristóteles se baseou na observação dos factos políticos, registados nos documentos a que lhe foi possível ter acesso (presume-se que tenha analisado 158 Constituições de Cidades-Estado gregas) para realizar o estudo prévio da maior parte dos regimes políticos do seu tempo, em que assenta a sua grandiosa obra – *A Política* –, a qual tem sido considerada como uma verdadeira cosmogonia de observação, análise e explicação dos factos e dos acontecimentos políticos e das estruturas (instituições) que os produzem, sendo por isso, classificada como uma importante obra de Ciência Política, e o seu autor conhecido como pai fundador desta ciência; também Maquiavel se baseou na leitura de obras clássicas dedicadas ao estudo dos fenómenos políticos e sociais e na experiência de ter convivido e privado com os agentes políticos mais poderosos e influentes do primeiro quartel do século XVI, a qual lhe permitiu observar diretamente e participar nos processos de decisão que produziam os factos e os acontecimentos políticos, para escrever as suas obras de análise política e militar. Porém, Aristóteles era um moralista, e daí que descrevesse a cidade ideal, a República perfeita, o Estado excelente, o governo bom e as formas puras de regime, distinguindo-as das formas de regime degeneradas, do mau governo, do Estado corrompido, sendo inspirado por uma certa ética moral; ao passo que Maquiavel era um realista e, por isso, as suas obras descrevem aquilo que é e não aquilo que deve ser, não assentam num critério valorativo, mais sim num critério objetivo; para ele, o Estado é uma instituição que garante a obediência através da combinação da personalidade do Príncipe com as técnicas da crueldade, do medo e do terror, e o seu objetivo é, primeiro que tudo, assegurar a obediência dos súbditos (agora cidadãos).

Conclusão

Da análise que fizemos nas páginas anteriores sobre a vida e obra de Maquiavel e os seus reflexos políticos e sociais nas sociedades politicamente organizadas, decorrem as seguintes conclusões:

1. A vida de Maquiavel compreende três períodos distintos e cronologicamente sucessivos: a) o período de infância e juventude, que se prolonga até aos 29 anos de idade (1469-1498); b) o período de intensa atividade político-diplomática ao serviço da República Florentina, que decorreu entre maio de 1498 e

novembro de 1512, na qualidade de Secretário de três importantes departamentos do Governo – a Segunda Chancelaria, os *Dez da Guerra* e os *Nove* para a Ordenança e Milícia; c) o período de afastamento dos corredores do poder, de exílio forçado e autoimposto, de isolamento, angústia e sofrimento, mas também de uma grande reflexão, de intensa atividade de produção literária e científica, que vai do final de 1512 a junho de 1525.

2. As leituras que Maquiavel fez durante a infância e a juventude e a experiência que adquiriu no período que esteve ao serviço do governo florentino, convivendo e dialogando com os poderosos e influentes dessa época (papas, reis, príncipes e conselheiros), possibilitaram-lhe observar e conhecer as realidades subjacentes à conquista, manutenção e exercício do poder e permitiram-lhe adquirir a sabedoria suficiente para recorrer à sua capacidade de análise e de síntese e aos seus dotes literários e poéticos e escrever a sua trilogia de análise política e militar: *A Arte da Guerra, Os Discursos e O Príncipe*.
3. As obras de Maquiavel, sobretudo as de análise política e militar, além de evidenciarem um método objetivo, direto e comparativo de investigação, análise e sistematização, comportam um léxico terminológico novo e original inerente aos domínios do estudo dos fenómenos políticos. E daí o seu importante contributo para o desenvolvimento da Politologia e para a ampliação dos métodos de investigação e análise dos factos e dos acontecimentos políticos, isto é, da metodologia científica.
4. A análise política e militar realizada por Maquiavel compreende um sistema de pensamento que se reflete em diferentes concepções do mundo e da vida (ideologias), que têm orientado a afirmação do poder em várias áreas geográficas e diferentes momentos históricos, Com efeito, descortinamos o *maquiavelismo* refletido na forma de governar os povos no longo período de vigência do absolutismo; vislumbramos as ideias de Maquiavel no exercício do poder sob a orientação da ideologia fascista, quer revista a forma de ditadura de facto, quer a de ditadura legal, ou a de ditadura de partido único; e encontramos, hoje, os *maquiavélicos* no exercício do poder sob a bandeira do tecnocracismo contemporâneo disfarçado com o manto da ideologia neoliberal. E os efeitos políticos e sociais destas formas maquiavélicas de governar os povos traduzem-se nas grandes assimetrias de

desenvolvimento económico e social, tanto intranacionais como internacionais, já que favorecem o enriquecimento de poucos à custa da miséria e da fome de muitos.

5. Por conseguinte, desde que a *Arte da Guerra* (1521), os *Discursos* (1531) e *O Príncipe* (1532) foram dados à estampa, várias elites prosseguiram as prédicas de Maquiavel e foram muitos os povos que sofreram as consequências do exercício do poder segundo o princípio de que os fins sempre justificam os meios. E porque toda a problemática inerente a esta realidade faz parte do objeto de estudo da Politologia, não há dúvida de que Maquiavel contribuiu significativamente para o desenvolvimento da Ciência Política.

Bibliografia

- Bodin, J., *Seis Livros da República*, 1576 (editado em várias línguas).
- Chang, H.J. (2013). *As Nações Hipócritas*. Lisboa: Clube do Autor.
- Duverger, M. (1976). *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fernandes, A.J. (2012). *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*. 3ª edição, 2ª reimpressão. Porto: Porto Editora.
- Prélot, M. (1974). *As Doutrinas Políticas*, vol. 2. Lisboa: Editorial Presença.
- Russ, J. (1994). *Les Théories du Pouvoir*. Paris: Librairie Générale Française.
- White, M. (2005). *Maquiavel: o Incompreendido*. Lisboa: Publicações Europa-América.